**DISCURSO DA MINISTRA LUCIANA SANTOS SOBRE REINDUSTRIALIZAÇÃO EM NOVAS BASES, NO SEMINÁRIO “PRIMEIRO ANO DO GOVERNO LULA: BALANÇO DA RECOSNTRUÇÃO NACIONAL E PERSPECTIVAS”, DO PCDOB**

Olá, gente! Quero saudar todos que participam desse seminário sobre o Primeiro Ano do Governo Lula, que pretende fazer um balanço sobre o processo de reconstrução nacional e falar sobre as nossas perspectivas.

Em primeiro lugar, destaco a importância de momentos como esse, que são espaços para a gente discutir temas importantes para o nosso partido, o nosso país e o futuro que queremos construir.

Infelizmente, não pude estar presencialmente, em razão de compromissos do ministério fora do país, mas fiz questão de contribuir, falando um pouco sobre esse tema da reindustrialização em novas bases tecnológicas, que é um dos eixos do trabalho que temos desenvolvido no governo e, em especial, no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A cada dia que passa, tem ficado mais clara a posição do governo Lula de tratar a ciência, a tecnologia e a inovação como pilares do desenvolvimento do nosso país. O presidente tem dito que não podemos, nunca, acreditar que teremos alguma chance de futuro sem a ciência.

E seu entendimento é de que o projeto nacional de desenvolvimento precisa estar baseado na reindustrialização do País, que é algo muito em sintonia com aquilo que o PCdoB sempre pautou. Nós temos a convicção de que a reconstrução do Brasil passa por uma nova industrialização, contemporânea, que se preocupa com sustentabilidade, com inovação tecnológica, inclusão social e investimentos em setores estratégicos.

A própria presença do vice-presidente Geraldo Alckmin à frente do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços é um indicativo do peso que essa agenda ganhou.

Há um cálculo que o vice-presidente citou de que diz que, para cada real produzido pelo setor industrial, a economia ganha algo em torno de 2,43 reais. É um impacto percebido por todos os setores da economia. E é fato que essa reindustrialização que nós tanto buscamos precisa de pesquisa, inovação e novas tecnologias.

Num contexto em que a disputa pelo domínio do conhecimento é estratégica na geopolítica mundial para o desenvolvimento soberano das nações, é consenso a necessidade de avançarmos no nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

O impacto econômico da pandemia de covid-19 impulsionou o reconhecimento do investimento em CT&I como relevante estratégia de política pública para o enfrentamento da crise de saúde pública. Muitos países ampliaram o investimento em pesquisas, buscando saídas para novos desafios e um crescimento econômico pautado pelo aumento da competividade e produtividade.

O pós-covid e a guerra na Europa evidenciam a fragilidade das cadeias globais de produção, o que agrava a disputa pelo domínio tecnológico, uma vez que ficou clara a importância de os países se articularem para reduzirem sua dependência.

E a inserção soberana do nosso País nas áreas mais dinâmicas da economia global e nas cadeias de maior valor agregado depende da superação do atraso produtivo e tecnológico e do apoio do poder público à inovação na indústria. Ou seja, a inserção do Brasil depende de um audacioso conjunto de políticas públicas capazes de transformar conhecimento em riqueza, por meio dos investimentos em ciência e tecnologia e o desenvolvimento de produtos e processos inovadores.

A indústria é o motor da soberania produtiva. Um país com uma indústria pujante intensiva em tecnologia e inovação gera demanda por qualificação para os trabalhadores e melhores oportunidades de emprego e renda. Mas sabemos que países industrializados e com forte produção científica e tecnológica só alcançaram esta condição mediante o determinado e consistente apoio do Estado, mobilizando variados instrumentos de políticas públicas para fomentar a ciência, a tecnologia e a inovação.

Quanto mais conhecimento produzido, mais inovação, mais produtividade nas empresas e mais competitividade na economia. Por isso, estamos convencidos que a nova política industrial deve estar apoiada no conhecimento e na inovação.

E é nesse sentido que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está totalmente integrado à política de reindustrialização lançada pelo governo do presidente Lula para o desenvolvimento em novas bases tecnológicas e sustentáveis.

A retomada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, após sete anos, materializa o esforço do governo de implementar essa política industrial de caráter inovador, sustentável e inclusivo, amparada em seis missões que derivam de grandes problemas sociais e dos desafios para o desenvolvimento do nosso país.

São temas dessas missões:  1) cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; 2) complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde; 3)  infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; 4)  transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; 5)  bioeconomia, descarbonização, e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações; 6)  tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Ou seja, a política de desenvolvimento industrial guarda relação estreita com a política de ciência, tecnologia e inovação. E é assim que temos trabalhado.

Tanto que uma das iniciativas de destaque da nova política industrial é o programa Mais Inovação Brasil, que lançamos numa ação conjunta do MCTI com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o MDIC, a Finep e o BNDES.

O Mais Inovação Brasil combina uma série de instrumentos de apoio para as empresas. O governo anunciou que, no total, 106 bilhões de reais serão destinados à política industrial. Deste montante, 60 bilhões vão apoiar projetos de inovação, sendo 41 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT. Ou seja, a participação do nosso ministério é imensa.

Com esses recursos, vamos apoiar projetos de alto risco tecnológico por meio de subvenção econômica e fortalecer a tão necessária integração das empresas com as universidades.

Recentemente, anunciamos 238 milhões de reais para apoiar projetos de inovação na área de defesa – o maior volume de recursos de subvenção econômica já destinados à indústria da defesa pelo FNDCT.

Lembro que o fomento à Base Industrial de Defesa permite ao Estado dispor de inovações imprescindíveis para o monitoramento do meio ambiente e das fronteiras, garantindo a segurança das terras indígenas, da população e do território nacional. Além disso, investimentos no complexo de defesa resultam no aumento das exportações de produtos de alto valor agregado e na geração de empregos qualificados, contribuindo para a fixação de talentos no País.

Agora, no mês de novembro, também participamos do lançamento do Programa Brasil Mais Produtivo, que, nesta nova fase, se converte no maior e mais impactante programa para aumentar a produtividade e a competitividade das micro, pequenas e médias empresas, com ações voltadas para a transformação digital. É mais uma iniciativa no sentido de estimular a reindustrialização em novas bases tecnológicas e sustentáveis.

Do total de R$ 2 bilhões previstos no programa, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Finep, está investindo R$ 200 milhões. São 80 milhões em recursos não reembolsáveis e 120 milhões em crédito com financiamento pela TR.

O MCTI, no âmbito de suas competências, também tem buscado contribuir com o desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Ao lançar a Estratégia Nacional para o Complexo de Saúde, buscamos oferecer ao País as condições para enfrentar o contexto de dependência externa e mitigar as consequências das rupturas nas cadeias de fornecimento, que vimos com a Covid-19. Ali, pudemos dimensionar a importância do domínio nacional de uma base produtiva em saúde e do papel do Estado na coordenação de agentes e investimentos no enfrentamento das crises sanitárias.

Naquele período da pandemia, o cenário era de um governo negacionista, corte de investimentos e tentativa de desqualificar nossas universidades e institutos de pesquisa. O resultado disso nós conhecemos de forma muito dolorosa.

Hoje, felizmente estamos em outro momento. A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde prevê investimentos de 42 bilhões de reais, em uma ação alinhada com esse esforço de reindustrialização do País, com maior autonomia de produção e ampliação no acesso à saúde.

Uma das prioridades é o reforço na produção de insumos que auxiliem na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças determinadas socialmente, como tuberculose, doença de Chagas, hepatites virais e HIV, e também no enfrentamento de doenças crônicas (câncer, cardiovasculares, diabetes e imunológicas), dengue, emergências sanitárias e traumas ortopédicos.

Dentre os investimentos previstos, até 2026, estão R$ 9 bilhões pelo Novo PAC. Já o BNDES deve participar com R$ 6 bilhões e o MCTI, através da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com outros R$ 4 bilhões. O Governo Federal prevê ainda aporte de cerca de R$ 23 bilhões da iniciativa privada.

Assim, o governo visa suprir o SUS com a produção e tecnologia locais, além de frear o crescimento do déficit comercial da saúde. Em 2013, esse déficit era de 11 bilhões de dólares. Hoje, chega a 20 bilhões de dólares.

Atualmente, o setor de saúde (público e privado) representa 10% do Produto Interno Bruto, garante a geração de 9 milhões de empregos diretos e indiretos e responde por um terço das pesquisas científicas no país. A posição estratégica do Brasil como um grande mercado interno mostra a capacidade de crescimento e ampliação desse setor na economia brasileira.

Diante desse cenário, incluímos, dentro do Novo PAC, projetos estruturantes, como o primeiro laboratório de máxima contenção biológica, o NB4, e o Reator Multipropósito Brasileiro, com a perspectiva de oferecer ao País ferramentas avançadas para a superação dos desafios estratégicos que o Brasil e o mundo enfrentam e a busca de soluções sustentáveis nas áreas de energia, saúde, alimentação e meio ambiente.

Financiados pelo FNDCT, esses projetos são de grande transversalidade e visam à promoção da capacidade e da autonomia científica e tecnológica em setores considerados críticos para a soberania produtiva nacional. Nesse sentido, gostaria de ressaltar a importância da recomposição integral do Fundo para o processo de reindustrialização do Brasil.

Fruto da decisão política do Presidente Lula, a recuperação dos recursos do FNDCT oferece a oportunidade de construção de um país inclusivo e sustentável através da implantação de grandes projetos estruturantes, focados em modernizar a infraestrutura de pesquisa, gerar inovação e ampliar a qualificação dos nossos recursos humanos.

Outra conquista fundamental para recuperar o sistema de fomento à pesquisa e à inovação do País é a redução dos juros nos financiamentos concedidos pela Finep para projetos de inovação das empresas.

Ainda sobre o FNDCT, quero dizer que nós publicamos uma portaria, que estabelece as diretrizes para a construção de uma nova Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação do país. Nela, temos quatro eixos estruturantes: 1) Recuperação, Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 2) Reindustrialização em Novas Bases e Apoio à Inovação nas Empresas; 3) Ciência, Tecnologia e Inovação para Programas e Projetos Estratégicos Nacionais; e 4) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

A partir disso, nós aprovamos um Plano Anual de Investimentos do FNDCT, que tem foco em 10 Programas Estruturantes e Mobilizadores, que estão sendo desdobrados em ações a serem executadas pela Finep e o CNPq, principalmente por meio de chamadas públicas.

A ideia é justamente recompor o sistema nacional de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, com foco na reindustrialização em novas bases tecnológicas – como falamos aqui - e tendo como áreas prioritárias o Complexo Industrial-Tecnológico da Saúde, a Transição Energética, a Transição Ecológica, a Transformação Digital e o Complexo Industrial-Tecnológico de Defesa.

Os dez Programas Estruturantes, que serão financiados com recursos do FNDCT, são:

1 – Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica em Universidades e Instituições de Ciência e Tecnológica

2 – Programa de Inovação para a Industrialização em Bases Sustentáveis

3 – Programa de Difusão e Suporte à Transformação Digital

4 – Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica

5 – Programa de Repatriação de Talentos

6 – Programa de Apoio a Políticas Públicas Baseadas em Conhecimento Científico

7 – Programa de Apoio à Recuperação e Preservação de Acervos Científicos, Históricos e Culturais Nacionais

8 – Programa de Apoio a Projetos Estratégicos Nacionais

9 – Programa de Promoção da Autonomia Tecnológica na Área da Defesa

10 – Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar e Erradicação da Fome

Também quero destacar aqui que o último dia 11 de novembro foi um dia muito importante para o nosso país. Nesse dia, uma cerimônia marcou a retomada operacional da Ceitec, que é o nosso Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, e isso significou o início de um projeto estratégico nacional. A Ceitec é uma empresa pública, vinculada ao MCTI, que atua em projetos e fabricação de circuitos integrados e chips para aplicação em diversos segmentos.

Enquanto os países desenvolvidos têm praticado enormes subsídios para reduzir a dependência das cadeias globais de suprimento de chips, no Brasil, a tentativa de liquidação da Ceitec foi depreciativa.

A reversão dessa liquidação, que havia sido determinada pelo governo anterior, representa uma oportunidade para o Brasil dominar o conhecimento científico, tecnológico e produtivo em um setor tão importante como este.

Em parceria com empresas, universidades e institutos de pesquisa, a Ceitec reúne as condições para o desenvolvimento e a fabricação de dispositivos que atendam aos desafios globais, como o da transição energética, fornecendo insumos para painéis fotovoltaicos, veículos elétricos e híbridos. Com recursos humanos altamente qualificados e sofisticada infraestrutura, ela tem capacidade para operar diferentes rotas tecnológicas, inclusive alinhadas às políticas de inovação e de reindustrialização em novas bases.

Também estamos atuando junto ao setor automotivo, de forma a levar mais inovação para esse setor que tem um papel importante na economia brasileira. Mais R$ 270 milhões foram garantidos para cinco ações de inovação e eficiência energética na cadeia de autopeças e demais fornecedores automotivos. Os recursos fazem parte do programa Rota 2030, em fundos administrados pelo Senai e pela Embrapii para transformação tecnológica do setor.

A Embrapii, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, é uma organização social vinculada ao MCTI que fomenta a inovação na indústria por meio de parcerias com instituições de pesquisa.

O Rota 2030, por sua vez, é um programa que ajuda o Brasil a cumprir seus compromissos com a descarbonização do planeta. Ele combina investimentos em tecnologia com incentivos fiscais para que carros, ônibus e caminhões saiam das fábricas mais econômicos, mais seguros e menos poluentes.

Os recursos anunciados pelo Senai e Embrapii vão garantir a atualização tecnológica de autopeças e demais fornecedores. Entre as iniciativas, o destaque é o lançamento de um edital de R$ 133 milhões para projetos estruturantes que promovam alianças entre empresas e institutos de pesquisa. A busca pela independência tecnológica no setor automotivo é o foco desses investimentos.

Além disso, serão destinados recursos para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D+I), consultorias e cursos, incluindo um inédito sobre mobilidade elétrica. Estes recursos se somam a outro anúncio, de um acordo entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e o BNDES, que permitiu a destinação de R$ 200 milhões para descarbonização automotiva.

Não quero me alongar muito mais nessa fala, para não ficar cansativa para quem está assistindo, mas não poderia deixar de mencionar um tema que é urgente: as graves mudanças climáticas, que exigem um novo olhar sobre o desenvolvimento. Já temos assistido a secas, enchentes, ondas de calor. Esse não é um tema do amanhã. É um tema do presente. Precisamos falar de redução da emissão de gases de efeito estufa, de uma política de apoio a uma economia de baixo carbono e de energias renováveis.

A agenda do clima é transversal e urgente. Essa é uma prioridade do governo do Presidente Lula. E nós temos o compromisso de prover a melhor ciência disponível para subsidiar a política climática. Com uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo (mais de 80% da nossa eletricidade provém de fontes renováveis), o Brasil reúne todas as condições para liderar a transição energética. Nossos desafios envolvem o desenvolvimento de motores elétricos e híbrido-elétricos, armazenamento de energia, produção do hidrogênio verde.

O Brasil pode ser e será o protagonista do processo de descarbonização da economia global e, mantendo investimentos em inovação e pesquisas, em modernas tecnologias, poderá integrar as cadeias globais de valor. Esse pode e deve ser um ativo nosso. Para exercer essa liderança, investimento em conhecimento científico e inovação são fundamentais. Precisamos somar esforços do governo, indústria, universidades e instituições de pesquisa.

Nós temos no Brasil hoje esse desafio. Temos uma base de produção de conhecimento muito rica, que está muito concentrada nas instituições públicas. E não temos uma cultura de interação dessa produção de conhecimento e formação de capital humano com a sociedade de maneira geral. Falta diálogo com a sociedade e com o mercado, para conhecer melhor os desejos e as necessidades e, com base no conhecimento, gerar soluções em forma de produtos e serviços para a sociedade. Temos o desafio de melhorar essa conexão, fazendo com que o conhecimento se torne um ativo para a sociedade, passando a resolver problemas.

Nosso esforço é justamente para conectar a produção do conhecimento com a solução de problemas reais. Criar políticas, programas e projetos que atuem nessa aproximação. E que nos levem a encontrar soluções inovadoras em temas estratégicos, como sustentabilidade, uso dos recursos naturais, eficiência produtiva, tecnologias voltadas à igualdade social, sempre focando nos principais setores econômicos.

Precisamos trabalhar as cadeias produtivas, usando conhecimento e inovação para não termos que importar tecnologia e exportar commodities. Nossas riquezas devem ser utilizadas para melhorar a vida das pessoas. Em quase um ano de governo, já fizemos bastante. Mas temos ainda muito por fazer, visto que saímos de um ambiente de terra arrasada.

E temos consciência de que esse é um trabalho coletivo, que envolve governos, academia, setor produtivo, sociedade e parceiros internacionais. Ao resgatar o protagonismo do Brasil no mundo, o presidente Lula confere à cooperação científica status especial dentro da política externa do seu governo. Tive o privilégio de acompanhar o presidente em várias missões ao exterior, em que firmamos instrumentos de cooperação em áreas estratégicas, como inteligência artificial, tecnologias quânticas, semicondutores, mudanças climáticas, energias renováveis, saúde, bioeconomia, espaço e novos materiais. Anunciamos o desenvolvimento conjunto de projetos estruturantes para o País, como o já citado Reator Multipropósito, em parceria com a Argentina, que tornará o Brasil autossuficiente na produção de radioisótopos para o tratamento do câncer, e o satélite CBERS-6, com a China, que revolucionará o monitoramento da Amazônia e outros biomas brasileiros por meio de uma nova tecnologia de radares.

Os próximos anos serão de particular relevância para que nosso país possa projetar sua liderança e coordenação em temas científicos e tecnológicos. Nosso objetivo é utilizar também a cooperação internacional e a diplomacia científica para enfrentar os grandes desafios.

É isso, camaradas. O PCdoB tem dado decisiva contribuição numa seara que é estratégica para colocar o país em um novo patamar, com crescimento sustentável, emprego e renda. Seguiremos levando nossas ideias e nosso esforço para que o governo seja exitoso e o país, próspero. Um grande abraço para todos vocês, desejo que este seminário seja muito rico e proveitoso. Firme na luta!